



DESAFIOS FRENTE AO PROCESSO DE JUVENILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Roberta Avoglio Alves Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FEBF/ UERJ, (roberta.avoglio@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Este trabalho se estrutura a partir da minha pesquisa ainda em andamento: “Desafios do Processo de Juvenilização da Educação de Jovens e Adultos: análise do município de Duque de Caxias” para o Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF – UERJ).

Escolhi esse tema como objeto de pesquisa em virtude da minha atuação como Professora Orientadora Educacional de uma escola da Rede de Ensino do Município de Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, que vivencia o processo crescente de juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os desafios e os conflitos que emergem da relação entre adultos e adolescentes nos levam a refletir a quem a modalidade deve destinar-se; para isso, é preciso investigar em que contexto surgem as propostas de educação para jovens e adultos e como estas se distanciam das atuais.

A preocupação com a oferta de educação formal para aqueles que não tiveram acesso a esta na idade certa foi impulsionada pelo processo de industrialização que nosso país passou a vivenciar a partir da década de 1930 (MOURA, 2003).

Evidentemente, existia uma demanda popular que reivindicava a possibilidade de educação formal para adultos, a quem havia sido negado esse direito, mas existia uma forte pressão para instrumentalizar a população para ocupar os postos de trabalho que surgiam.

Sendo assim, embora tenham existido experiências que pensavam a educação de jovens e adultos para além de preparação para o mercado de trabalho, as iniciativas públicas de maior destaque estavam voltadas para esse objetivo.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A partir da LDB 5692/71 encontramos um capítulo específico destinado ao Ensino Supletivo, que se organizava na perspectiva da falta de saberes dos discentes, ignorando a multiplicidade de experiências que poderiam ser compartilhadas em nome da rigidez de um programa fixo que buscava compensar perdas que julgavam ter sido ocasionadas pela falta do processo de escolarização.

Em 1988, a Constituição Federal reconhece a necessidade de oferta de educação para aqueles e aquelas que não tiveram acesso na idade certa e surge em substituição ao Ensino Supletivo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em seguida, na nova LDB 9394/96 a esta, aparece como uma modalidade de Educação Básica com objetivos e especificidades próprios.

Na contramão do que se pensava antes, a EJA não está fundamentada em um modelo de escola que ignora os saberes dos alunos e alunas, pelo contrário; serão essas experiências, saberes e cultura que possibilitarão construir seu currículo, ou seja, não se trata apenas da mudança de nomenclatura.

Embora o mundo do trabalho faça parte de seu currículo, a preparação de mão de obra não é a proposta. O que se almeja é uma educação permanente, comprometida com as demandas de cada contexto social.

O processo de juvenilização da EJA se apresenta em meio às mudanças que a modalidade tem vivenciado nas últimas décadas.

Nosso país vem conseguindo garantir a matrícula de quase todas das crianças em idade escolar no Ensino Fundamental, uma vez que este era até 2009 a única modalidade obrigatória da Educação Básica.

Entretanto, a permanência e a conclusão da escolaridade não vem acompanhada da matrícula, sobretudo para muitos alunos das classes populares.

A focalização das políticas públicas no ensino fundamental, universal e obrigatório conveniente à relação idade própria/ano escolar ampliou o espectro de crianças nele presentes. Hoje, é notável a expansão desta etapa do ensino e há um quantitativo de vagas cada vez mais crescente a fim de fazer jus ao princípio da obrigatoriedade face às crianças em idade escolar. Entretanto, as presentes condições sociais adversas e as sequelas de um passado ainda mais perverso se associam a inadequados fatores administrativos de planejamento e dimensões qualitativas internas à escolarização e, nesta medida, condicionam o sucesso de muitos alunos (...) Expressão desta realidade são a repetência, a reprovação e a evasão, mantendo-se e aprofundando-se a distorção idade/ano e retardando um acerto definitivo no fluxo escolar. (Cury, 2000, p.04)

Os alunos e alunas adolescentes que começam a migrar para a EJA são frutos de um sistema educacional, que absorve as assimetrias sociais ainda muito fortes em nosso país e, portanto, não vem dando conta de garantir a aprendizagem de todos e todas na idade certa.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Aceitar a matrícula na EJA de adolescentes é uma tentativa de garantir a possibilidade de continuidade de escolaridade, visto que em virtude de sua distorção série/idade são progressivamente excluídos da escola regular.

Embora a perspectiva da EJA não trabalhe em torno do “não lugar” de qualquer ator social, uma vez que reconhece que os contextos sociais de nosso país influenciam diretamente nos currículos escolares e, por consequência, nos rendimentos dos alunos, não podemos deixar de refletir que a juvenilização da EJA nem sempre tem sentidos comprometidos com as potencialidades que a matrícula nesta modalidade pode proporcionar, mas talvez a tentativa de silenciar dificuldades que os sistemas de ensino enfrentam por não conseguir proporcionar a aprendizagem de todos e todas.

Alunos e alunas com sucessivas retenções e com trajetórias escolares de idas e vindas acabam com sua aprendizagem secundarizada frente aos desafios que professores precisam enfrentar na busca de garantir a aprendizagem. Não pretendo responsabilizar ao professor ou professora, visto que o compromisso é da escola, da Rede de Ensino, do Poder Público em prol de garantir não apenas a matrícula como a permanência na escola

Entendendo a EJA como espaço de escolarização das classes populares, historicamente marcadas pela marginalização social, procuro desnaturalizar o discurso deste “não lugar” do adolescente. Sendo assim, a partir das contribuições da Teoria do discurso, de Laclau, pretendo refletir acerca da construção da possível identidade da EJA, entendendo-a como espaço visivelmente plural, onde evidencia-se a necessidade de negociações não apenas entre adultos e adolescentes, mas entre todos os sujeitos ali circulantes, visto que cada um ressignifica as experiências curriculares com base em sua trajetória de vida.

METODOLOGIA

A partir da minha experiência como Professora Orientadora Educacional, trabalhado com Educação de Jovens e Adultos desde 2006, testemunhei o processo de juvenilização, sobretudo nas turmas correspondentes ao segundo segmento do Ensino Fundamental.

Em Duque de Caxias (RJ), a Educação de Jovens e Adultos se organizam em etapas anuais: Etapa I (Alfabetização), Etapa II (2º e 3º anos do Ensino Fundamental), Etapa III (4º e 5º anos do Ensino Fundamental), Etapa IV (6º e 7º anos do Ensino Fundamental) e Etapa V (8º e 9º anos do Ensino Fundamental).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Minha investigação se concentrará em torno das duas últimas etapas por serem aquelas que mais vivenciam o processo de juvenilização no meu contexto de pesquisa.

O município de Duque de Caxias está dividido em quatro distritos, sendo assim, a pretensão será investigar, pelo menos duas escolas de cada um deles, de modo a conseguir analisar quais desafios e considerações que alunos e alunas, professores e professoras, responsáveis e equipes pedagógicas estão formulando frente ao processo de juvenilização da EJA.

A pesquisa está buscando apoio em aspectos qualitativos sobre os quantitativos, embora, ambos se complementam. As fontes de coletas utilizadas serão entrevistas semiestruturadas, grupos focais, análise de dados e das legislações envolvendo EJA tanto no município de Duque de Caxias quanto no Brasil. Como referencial teórico utilizarei a Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÕES

A pesquisa ainda encontra-se em andamento, portanto, até o momento, foi feita apenas na escola que estou lotada, localizada no primeiro distrito do Município de Duque de Caxias. Na região, é a única a oferecer a EJA, o que nos leva também a absorver alunos de bairros próximos.

Ao olharmos rapidamente podemos identificar certa infraestrutura no local, tais como algumas linhas de ônibus, ruas asfaltadas, comércio. Entretanto, ao vivenciarmos a localidade, conseguimos identificar nos arredores, comunidades com baixíssima infraestrutura e assombradas por relações violentas. O bairro não conta com serviço de saúde e possui poucas áreas de lazer, proporcionando aos jovens ociosidade em grande parte do dia.

Foram feitos dois encontros de grupos focais de professores e professoras (5 participantes), um encontro com alunos e alunas (23 participantes) e um encontro com responsáveis (16 participantes).

Nenhum dos professores tem formação específica em Educação de Jovens e Adultos, mas todos tem mais de cinco anos de experiência na modalidade.

Todos reconheceram a importância de não reproduzir o currículo da escola regular na EJA, destacando o entendimento de que é preciso construir um currículo específico, mas essa flexibilidade é comprometida pelas exigências dos currículos oficiais.

No que se refere ao processo de juvenilização da EJA, pontuam que compreendem que aos adolescentes esta é uma opção frente a falta de espaço que encontram na escola regular, mas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

identificam que, em geral apresentam: pouco interesse pelas atividades propostas, resistência às regras e envolvimento em atividades ilícitas. Também destacam que não observam dificuldades de aprendizagem neste grupo.

Em relação aos discentes, há um grupo majoritariamente formado por alunos, com poucas alunas nesse contexto. A justificativa para a migração para EJA é a intenção de fazer algum curso ou trabalhar e como essa oferta de escolarização está disponível a noite acaba sendo uma opção para a continuidade dos estudos. Poucos trabalham formalmente, em geral atuam de maneira informal em alguma atividade, sem continuidade. A maioria assume que durante todo o dia não possuem obrigações.

As famílias desses adolescentes, quando convocadas a comparecer, o fazem, demonstrando que há interesse pela vida escolar do/a menor sob sua responsabilidade. No encontro, a grande preocupação sinalizada é em relação ao futuro e da esperança que a escolaridade proporcione boas oportunidades de trabalho e afastamento de atividades ilícitas.

CONCLUSÕES PARCIAIS

O discurso que ainda se hegemoniza é que a identidade da EJA está relacionada aos adultos e ao mundo do trabalho formal e que estes estariam de forma impositiva sendo obrigados a conviver com o crescente processo de juvenilização de seus espaços escolares.

A discussão quanto ao processo de juvenilização precisa ser intensificada não como combatadora do aluno muito jovem na EJA, mas para analisar os caminhos que têm sido traçados para e por esse aluno durante sua trajetória escolar, de modo que o fez abandonar a escola regular tão cedo.

A transferência de adolescentes para EJA como estratégia de correção de fluxo demonstra a negligência do Poder Público, com essa parcela da população que vem tendo o direito à aprendizagem negado.

Em verdade, a ociosidade explicitada pelos/as adolescentes durante todo o dia demonstra que faltam políticas públicas que valorizem suas potencialidades e complementem a escola. Diante disso, acabam expostos a situações de vulnerabilidade que podem colaborar para a evasão, baixa assiduidade e desestímulo às propostas escolares.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Ao mesmo tempo que observa-se que não foi uma dificuldade de aprendizagem que impulsionou a maioria desses alunos e alunas para sucessivas retenções, mas sim as mesmas condições sociais que ainda hoje se encontram.

Os alunos e alunas da EJA são oriundos de periferias, cujas oportunidades de acesso a direitos básicos são negligenciados.

Nessa perspectiva, tanto adultos quanto adolescentes que sofrem esse processo de exclusão que ainda marca tanto as classes populares do nosso país, tem direito a estudar na Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão in **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. — Brasília : UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 dez. 96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 mar.2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 5692 de 11 ago. 71**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm

CARRANO, Paulo. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p. 55-67, ago. 2007. Disponível em: . Acesso em: 8 maio 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Parecer nº 11 e Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2000.

LACLAU, E. y MOUFFE, C., 2005, Hegemonia e Estratégia Socialista. São Paulo: Intermeios/CNPQ, 2015

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica/ Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.